

# 8º ENCONTRO DA REDE DE BIBLIOTECAS DA JUSTIÇA ELEITORAL

DIAS 6 E 7 DE NOVEMBRO DE 2017  
EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
AUDITÓRIO I - BRASÍLIA/DF

# **Atualização do regulamento da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral - Reje**

## **Para que serve o regulamento da Reje?**

Tornar transparente as regras de funcionamento da rede e as obrigações de todos os envolvidos.

## Por que atualizar o regulamento da Reje?

- Portaria TSE nº 662/2016
- Readequação do instrumento, considerando o contexto atual

# Nova proposta de regulamento

## Capítulo I – DO OBJETO E DA CONSTITUIÇÃO

Capítulo II – DA FINALIDADE

Capítulo III – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Capítulo IV – DA COORDENAÇÃO

Capítulo V – DA COMISSÃO

Capítulo VI – DO GRUPO DE TRABALHO

Capítulo VII – DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO  
PARTICIPANTES

Capítulo VIII – DOS ENCONTROS DA REJE



**“O sucesso é a soma de  
pequenos esforços repetidos dia  
após dia.”**

Robert Collier

Obrigada pela presença de todos no  
VIII Encontro da Reje!

Eveline Mesquita Lucas – [eveline.lucas@tse.jus.br](mailto:eveline.lucas@tse.jus.br)



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 176 TSE

Publicado no Diário da  
Justiça Eletrônica 060  
26.3.14 Pág. 4142-43

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do art. 116 do Regulamento Interno, e considerando o que consta do procedimento administrativo protocolizado sob o número 4.026/2007, RESOLVE:

**Art. 1º** Ficam alterados, na forma dos anexos I e II, o Regulamento da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje) e o termo de adesão, aprovados pela Portaria-TSE nº 452, de 3 de outubro de 2007.

**Art. 2º** O Comitê Gestor da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje) será composto pelos servidores indicados no anexo III desta portaria.

**Art. 3º** Revogam-se as Portarias nº 260, de 5 de maio de 2008, nº 358, de 26 de maio de 2009, nº 133, de 13 de abril de 2010 e nº 135, de 14 de abril de 2010.

**Art. 4º** Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

Brasília, 27 de março de 2014.

  
ATHAYDE FONTOURA FILHO

## ANEXO I

### REGULAMENTO DA REDE DE BIBLIOTECAS DA JUSTIÇA ELEITORAL

#### CAPÍTULO I - DO OBJETO E DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º Este regulamento estabelece regras de funcionamento da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje) e de cooperação entre seus integrantes para o aprimoramento dos serviços oferecidos.

Art. 2º A Reje é uma rede cooperativa, constituída pelas unidades de informação do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais a ela integradas, sob a supervisão do coordenador da Biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral.

Parágrafo único. Unidades de informação são as entidades encarregadas de planejar, organizar e gerir serviços de informação bibliográfica, legislativa e histórica nas áreas de interesse da Justiça Eleitoral.

#### CAPÍTULO II - DA FINALIDADE

Art. 3º A Reje tem por finalidade realizar serviços técnicos por meio do compartilhamento de recursos humanos e materiais, entre eles recursos bibliográficos, legislativos e históricos, mediante as seguintes ações:

- I - criar, manter e aperfeiçoar o catálogo coletivo do acervo das bibliotecas da Justiça Eleitoral;
- II - atender as demandas de informações bibliográficas, legislativas e históricas das unidades de informação participantes;
- III - permitir a realização de pesquisa integrada, por meio da intranet e internet, no acervo das unidades de informação participantes da rede;
- IV - adotar padrões de indexação e catalogação, e do formato internacional de intercâmbio bibliográfico MARC 21;
- V - preparar produtos e realizar serviços que beneficiem os usuários e contribuam para o





desenvolvimento da Reje;

VI - propor ou participar de estudos e discussões que visem implantar e/ ou aperfeiçoar políticas de gestão da informação e do conhecimento na Justiça Eleitoral;

VII - propor a atualização e capacitação dos profissionais envolvidos nos trabalhos da Reje;

VIII - coletar e disseminar documentos e publicações produzidos por servidor da Justiça Eleitoral no exercício da função; e

IX - divulgar e disseminar serviços e produtos no âmbito da Justiça Eleitoral.

### **CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DAS COMPETÊNCIAS**

#### **Seção I - Da Estrutura Organizacional**

Art.4º A Reje tem a seguinte estrutura organizacional:

I - coordenação geral;

II - comitê gestor;

III - comissões técnicas transitórias; e

V - unidades de informação participantes.

#### **Seção II - Do Titular e das Competências da Coordenação Geral**

Art. 5º A Coordenação geral será exercida pelo gestor da Coordenadoria de Biblioteca (COBLI) da Secretaria de Gestão da Informação (SGI) do TSE, na qualidade de coordenador geral, ou por seu substituto legal.

Art. 6º À Coordenação geral compete:

I - estabelecer a política e as diretrizes que irão nortear o funcionamento da Reje diante prévia exposição às Bibliotecas dos Regionais;

II - orientar e coordenar a participação das bibliotecas dos tribunais regionais eleitorais;

III - aprovar normas e procedimentos necessários ao desenvolvimento das atividades da Reje;



IV - encaminhar à Secretaria de Gestão da Informação do TSE as questões que necessitem de deliberação; e

V - propor alterações neste regulamento, observadas as deliberações do comitê gestor e das comissões técnicas transitórias.

### Seção III - Das Competências do Comitê Gestor

Art. 7º O comitê gestor é responsável pelas atividades executivas na prestação de serviços à Reje. Tem sob sua responsabilidade coordenar e integrar as iniciativas da rede, agilizando o processo de comunicação, correção e padronização dos registros e promovendo a qualidade técnica, a operação, a manutenção, o desenvolvimento, a inovação e a disseminação de serviços e produtos da Reje.

### Seção IV- Das Competências das Comissões Técnicas Transitórias

Art. 8º As comissões técnicas transitórias, constituídas por representantes das unidades de informação participantes, subordinadas tecnicamente ao comitê gestor, têm por objetivo estudar assuntos específicos de interesse da rede e promover a melhoria dos produtos e serviços. Parágrafo único. As comissões técnicas transitórias serão criadas, sempre que houver necessidade, e constituídas por profissionais de notável conhecimento na área a ser estudada.

Parágrafo único. As comissões técnicas transitórias serão criadas por deliberação do Comitê gestor para promover a melhoria dos produtos e serviços.

### Seção V - Das Competências das Unidades de Informação Participantes

Art. 9º Às unidades de informação participantes compete:

I - cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas;

II - contribuir para o desenvolvimento da Reje;

III - participar de encontros e cursos de capacitação promovidos pela rede;

IV - promover a capacitação dos operadores e usuários do sistema;

V - Manter a qualidade dos serviços e do acervo para atender às necessidades dos usuários do sistema; e

VI - assegurar o uso correto dos padrões e procedimentos técnicos aprovados para a



Reje.

## CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 10. São atribuições do coordenador geral:

- I - planejar, coordenar e gerenciar as ações necessárias ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da Reje;
- II - zelar pelo cumprimento das obrigações previstas neste regulamento;
- III - promover encontros nacionais da rede;
- IV - informar os responsáveis pelas unidades de informação participantes sobre os problemas detectados no sistema de informações da Reje e as providências tomadas; e
- V - comunicar aos responsáveis pelas unidades de informação participantes, com antecedência de pelo menos três dias úteis, a suspensão de acesso às bases de dados, ressaltados os problemas técnicos emergenciais.

Art. 11. São atribuições do comitê gestor:

- I - realizar as ações necessárias ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da Reje;
- II - possibilitar o cumprimento das obrigações previstas neste regulamento;
- III - propiciar a correção e a padronização dos registros do catálogo coletivo da rede;
- IV - agilizar o processo de comunicação e divulgação;
- V - facilitar a operação, a manutenção, o desenvolvimento, a inovação e a disseminação de serviços e produtos para a Justiça Eleitoral.

Art. 12. São atribuições dos responsáveis pelas unidades de informação participantes:

- I - apresentar candidaturas às eleições do comitê gestor;
- II - designar para a biblioteca integrada à rede um bibliotecário responsável;
- III - responsabilizar-se pela conversão dos acervos automatizados, de acordo com normas e procedimentos elaborados pelo comitê gestor; e
- IV - autorizar e controlar senhas e níveis de acesso.



## **CAPÍTULO V - DO COMITÊ GESTOR E DAS ELEIÇÕES PARA SUA COMPOSIÇÃO**

### **Seção I - Da Composição do Comitê Gestor**

**Art. 13.** O comitê gestor será composto por até sete membros:

I - membros natos: quatro representantes da COBLI do TSE, sendo dois representantes da Seção de Biblioteca (SEBBL), um da Seção de Legislação (SELEG) e um da Seção de Acervos Especiais (SEESP);

II - membros eleitos: três representantes das unidades de informação, escolhidos entre as instituições participantes.

Parágrafo único. O mandato dos membros do comitê gestor é de dois anos, sendo permitida uma reeleição para igual período.

**Art. 14.** A Coordenação geral e o comitê gestor serão constituídos por servidores lotados nas unidades de informação dos tribunais eleitorais, preferencialmente com formação em Biblioteconomia.

### **Seção II - Das Eleições**

**Art. 15.** Cabe à Coordenação geral convocar, a cada dois anos, eleições para escolher os membros do comitê gestor.

§ 1º As unidades de informação participantes apresentarão à Coordenação geral, obrigatoriamente, 30 dias antes dos encontros nacionais da rede, candidatos ao comitê gestor.

§ 2º As eleições serão realizadas nos encontros nacionais da rede.

§ 3º Na impossibilidade de realização dos encontros de que trata o §1º deste artigo, os mandatos dos integrantes do comitê gestor serão automaticamente prorrogados por mais dois anos.

**Art. 16.** As unidades de informação participantes da Reje deverão utilizar sistema de gerenciamento de bibliotecas compatível com o software adotado pela biblioteca do



TSE.

## ANEXO II

### TERMO DE COMPROMISSO POR ADESÃO À REDE DE BIBLIOTECAS DA JUSTIÇA ELEITORAL

\_\_\_\_\_, diretor-geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de \_\_\_\_\_, com sede no endereço \_\_\_\_\_, requer cadastramento na Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje), comprometendo-se a adotar os procedimentos e padrões de funcionamento e de cooperação estabelecidos no regulamento da Reje, com a finalidade de garantir a uniformidade e a qualidade no tratamento das informações e dos produtos e serviços oferecidos.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Requerente



### ANEXO III

#### Comitê Gestor da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje) - Composição

##### Membros natos

Sabrina Ruas Lopes - Coordenadora	TSE/SGI/Cobli/Sebbl
Janete Valente Gushiken	TSE/SGI/Cobli/Sebbl
Dauí Antunes Corrêa	TSE/SGI/Cobli/Sebbl
Eveline Lucas Mesquita	TSE/SGI/Cobli/Sebbl

##### Membros eleitos

Joelma Barbosa Santos Barros	TRE-PE
Roseli Bill	TRE-PR
Ana Paula Vasconcelos do Amaral e Silva Araújo	TRE-RN





# **REGULAMENTO DA REDE DE BIBLIOTECAS DA JUSTIÇA ELEITORAL**

## **CAPÍTULO I - DO OBJETO E DA CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º Este regulamento estabelece regras de funcionamento da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje) e de cooperação entre seus integrantes para o aprimoramento dos serviços prestados.

Art. 2º A Reje é constituída pelas unidades de informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE's) que aderiram à rede cooperativa.

Parágrafo único: Unidades de informação são as bibliotecas e entidades encarregadas de planejar, organizar e prestar serviços de informação nas áreas de interesse da Justiça Eleitoral.

## **CAPÍTULO II - DA FINALIDADE**

Art. 3º A Reje tem por finalidade estimular a cooperação e a integração das unidades participantes, facilitando o compartilhamento de recursos, mediante as seguintes ações:

- I – adotar políticas, diretrizes, padrões e normativos no âmbito da rede;
- II – gerenciar o catálogo coletivo do acervo das bibliotecas da Justiça Eleitoral;
- III – integrar, oferecer e divulgar produtos e serviços dos membros da Reje que atendam às demandas informacionais dos usuários;
- IV – apresentar estudos que visem à implantação e aperfeiçoamento dos processos de trabalho da rede;
- V – promover a qualificação das unidades participantes.

## **CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art.4º A Reje tem a seguinte estrutura organizacional:

I – Coordenação;

II – Comissão;

III – Grupos de trabalho;

IV – Unidades de informação participantes.

Parágrafo único. A Coordenação da Reje poderá solicitar à autoridade competente a constituição de grupo de trabalho mediante apresentação de instrumento que contemple os objetivos, as atribuições, a composição, as competências, o cronograma de atividades e a vigência de funcionamento.

## **CAPÍTULO IV - DA COORDENAÇÃO**

### **Seção I – Das competências da Coordenação:**

Art. 5º À Coordenação da Reje compete:

I – supervisionar o cumprimento de normas técnicas e procedimentos;

II – orientar e coordenar a participação das bibliotecas dos tribunais regionais eleitorais;

III – acompanhar a execução do cronograma de atividades;

IV – comunicar as decisões da Comissão aos demais integrantes da rede;

V – coordenar as assembleias, encontros, capacitações e demais eventos da rede;

VI - convocar as reuniões da comissão e dos grupos de trabalho;

VII - encaminhar à Secretaria de Gestão da Informação do TSE as questões que necessitem de deliberação superior;

VIII- aprovar o relatório anual de atividades da Reje.

Parágrafo único: A coordenação da comissão será exercida pelo gestor da Coordenadoria de Biblioteca, Legislação e Museu subordinada à Secretaria de Gestão da Informação do TSE, ou, por seu substituto legal.

## **CAPÍTULO V - DA COMISSÃO**

## **Seção I – Da composição**

Art. 6º A comissão será constituída por três servidores do Tribunal Superior Eleitoral e três representantes dos tribunais regionais eleitorais.

Parágrafo único: A comissão será constituída por servidores lotados nas unidades de informação dos tribunais eleitorais, preferencialmente, com formação em Biblioteconomia.

## **Seção II – Das competências**

Art. 7º À Comissão compete:

I – propor políticas, diretrizes, normas técnicas, procedimentos para a Reje;

II – avaliar o padrão dos registros bibliográficos adotados pela Reje;

III – propor alterações no regulamento;

IV – realizar estudos de desenvolvimento e inovação;

V – promover a integração e o compartilhamento de serviços e recursos das unidades de informação participantes;

VI – elaborar os programas dos eventos da Rede;

VII – propor temas para capacitação de servidores;

VIII – receber, analisar e encaminhar demandas dos membros;

IX– apresentar o relatório anual de atividades da Reje;

X – propor a criação de grupo de trabalho à Coordenação da Reje.

## **Seção III - Das eleições**

Art. 8º Cabe à Coordenação convocar, a cada dois anos, eleições para escolha dos membros representantes dos tribunais regionais eleitorais.

§ 1º As eleições serão realizadas, em Assembleia Geral, nos encontros nacionais da rede.

§ 2º As unidades participantes apresentarão à Comissão, obrigatoriamente, até 30 dias antes do pleito, os candidatos que concorrerão às eleições.

§ 3º Não havendo candidaturas suficientes, a escolha de candidatos será realizada no início da Assembleia Geral.

§ 4º Na impossibilidade de realização dos encontros no prazo previsto no *caput* deste artigo, os mandatos dos integrantes do Comitê Gestor serão automaticamente prorrogados até a ocorrência do novo encontro.

Parágrafo único: O mandato dos membros eleitos da Comissão é de dois anos sendo permitida a reeleição.

§ 5º Serão eleitores um representante de cada unidade de informação membro da Reje presente na Assembleia Geral.

#### **Seção IV – Das reuniões**

Art. 9º As reuniões ordinárias da Comissão da Reje ocorrerão a cada seis meses após a realização da primeira reunião mediante prévia convocação da coordenação da Reje.

Parágrafo único: A primeira reunião da comissão ocorrerá em até seis meses após a sua eleição.

Art. 10º No fim de cada reunião deverá ser entregue ao coordenador da Reje o relatório de atividades que registre todos os assuntos abordados, seus participantes, as deliberações e os encaminhamentos sugeridos.

### **CAPÍTULO VI – DO GRUPO DE TRABALHO**

#### **Seção I – Da finalidade**

Art. 11º O grupo de trabalho será criado por deliberação da coordenação da Reje com a finalidade de estudar assuntos específicos de interesse da rede, propor e executar ações para aperfeiçoamento dos processos de trabalho, produtos e serviços.

Parágrafo único: O grupo de trabalho será subordinado à comissão da Reje.

#### **Seção II – Da composição**

Art. 12º O grupo de trabalho será constituído por até 5 (cinco) membros dentre representantes das unidades participantes e colaboradores.

Parágrafo único: O grupo de trabalho será coordenado por servidor do TSE membro da comissão da Reje.

#### **Seção III - Da realização das reuniões**

Art. 13º As reuniões do grupo de trabalho ocorrerão mediante prévia convocação da coordenação da Reje quando houver necessidade.

Art. 14º No fim de cada reunião deverá ser entregue ao coordenador da comissão da Reje o relatório de atividades que registre todos os assuntos abordados, seus participantes, as deliberações e os encaminhamentos sugeridos.

## **CAPÍTULO VII – DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO PARTICIPANTES**

### **Seção I – Das competências**

Art. 15º Às unidades de informação compete:

I - cumprir e fazer cumprir as políticas, diretrizes, normas, metas e tarefas estabelecidas pela Rede;

II - submeter à Comissão as propostas de políticas, normas, procedimentos e mudanças no regulamento;

III - participar de estudos, planos e projetos de desenvolvimento e implantação de produtos e serviços propostos pela Comissão;

IV - disponibilizar recursos, produtos e serviços, na sua área de atuação, aos demais integrantes da Rede;

V - sugerir temas e participar dos encontros e capacitações;

VI - apresentar candidaturas às eleições da Comissão;

VII - designar responsável pela unidade de informação perante a rede.

## **CAPÍTULO VIII – DOS ENCONTROS DA REJE**

### **Seção I – Da finalidade**

Art. 16º Os encontros têm por objetivo promover a interação e capacitação dos profissionais da rede, refletir sobre as políticas biblioteconômicas e fomentar o desenvolvimento e o aprimoramento dos serviços e produtos da Reje.

### **Seção II – Da organização e realização**

Art. 17º Os encontros da Reje acontecerão a cada dois anos, preferencialmente, em anos não eleitorais.

Art. 18º Os Encontros da Reje serão sediados pelos tribunais eleitorais ou pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§1º Os tribunais eleitorais interessados apresentarão sua candidatura durante o encontro da Reje, mediante prévia autorização da sua administração;

§2º Caso seja apresentada mais de uma candidatura, a sede para a realização do evento será escolhida mediante votação dos participantes;

§3º Na impossibilidade de ocorrer em um dos tribunais regionais, o Tribunal Superior Eleitoral sediará o encontro.